

Opinião N21

INGRESSO NA UNIVERSIDADE PELO SISTEMA DE COTAS: ENTRE DESAFIOS E SENTIDOS DIVERSOS

ANDREA BAYERL MONGIM¹

Introdução

O recente processo de implantação de programas de reserva de vagas em instituições de ensino superior no Brasil tem-se constituído em desafio e assumido contornos bastante polêmicos. Neste artigo, busco contribuir para o debate com base em resultados parciais de pesquisa etnográfica que desenvolvo junto a estudantes que ingressaram na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) por meio do sistema de cotas, oriundos de famílias de classes populares. Analiso, principalmente, esse processo de ingresso destacando desafios, dilemas e constrangimentos. Para efeito deste texto, considereirei as relações entre os estudantes dos cursos de Medicina e de Ciências Sociais, representativos de configurações relativamente diferenciadas.

Vale destacar que, na maior parte das vezes, a experiência desses estudantes constituiu-se como primeira possibilidade concreta de ingresso em instituição de ensino superior pública. O projeto de ingressar na universidade é construído, na maior parte dos casos, de forma não naturalizada, ao longo dos percursos analisados. Ocorre, mais especificamente, no processo que Berger e Luckman (2001) denominaram de “socialização secundária”, a partir da interação com diferenciados “agentes de mediação social” (Neves, 2008), posicionados, na maior parte das vezes, em quadros institucionais que ultrapassam os limites das redes de relações da família nuclear.

¹ Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Pós-doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro.

Pode-se observar experiência diferenciada somente entre alguns estudantes do curso de Medicina, para os quais o projeto de tornar-se médico(a) foi concebido como um *sonho iniciado desde a infância*. Ocorre, sobretudo, a partir da própria experiência dos estudantes em contato permanente com profissionais da área devido à necessidade de cuidados com a própria saúde ou de algum familiar.

Entretanto, se há diferenciação no que se refere à construção do projeto, sua objetivação ocorre, para estudantes dos dois cursos considerados, principalmente, a partir das interações com mediadores sociais, posicionados nas diferentes redes de sociabilidade constituídas ao longo dos itinerários em questão. Isto significa que, na maioria dos casos, as relações estabelecidas com agentes institucionais de mediação social, afiliados a movimentos sociais, com destaque para cursos do tipo pré-vestibular para negros e carentes, foram essenciais. Também há, na maior parte dos casos considerados, o explícito reconhecimento do quanto o sistema de cotas constituiu-se como fator fundamental para a objetivação do projeto de ingresso na universidade, possibilidade significativamente valorizada como grande alternativa mediante expectativa de projeção de uma vida melhor.

Os dilemas e desafios do ingresso na universidade pelo sistema de cotas

Para os estudantes dos dois cursos considerados, a inserção em um novo universo de significados traz à tona sentimentos e sentidos diversos. Há, por parte da maioria dos estudantes, a sensação de que a vida transita entre dois mundos, em universos simbólicos diferentes. Por isso, ao mesmo tempo em que o acesso à nova posição é comemorado e concebido como grande possibilidade de *crescer na vida*, a percepção da alteridade pode se apresentar como um desafio. Neste sentido, apesar de, em geral, os estudantes tenderem a secundarizar as dificuldades no estabelecimento de relações com o abstratamente chamado “outro”, também parece se configurar situação relativamente diversa entre os discentes dos cursos de Ciências Sociais e os de Medicina.

Em relação aos estudantes de Ciências Sociais, observa-se a construção por parte desses

discentes de estratégias de invisibilidade da condição de cotista. Em geral, afirmam que se identificam como cotistas apenas na situação de vestibulandos.

Minha expectativa de que pudesse haver, entre eles, a constituição de certa rede de relações foi frustrada. Na maior parte dos casos, os entrevistados não indicaram outros colegas cotistas para participarem da pesquisa, afirmando desconhecimento. Nos poucos casos em que houve indicação, ocorreu apenas em relação a um único colega. Por esta via, observa-se que, ao mesmo tempo em que tal invisibilidade revela a não constituição de um grupo de cotistas, no sentido sociológico do termo, também demonstra o sentimento de desconforto diante da condição de ter ingressado na universidade pelo sistema de cotas. Há, evidentemente, receio em se identificar como cotista e ser alvo de estigmas e acusações já conhecidas antes do ingresso na universidade.

No caso dos estudantes de Medicina, observa-se situação diversa. Em geral, os discentes sabem quem são aqueles que ingressaram ou não pelo sistema de cotas. Segundo relatos dos entrevistados, há, inclusive, um processo de controle do rendimento destes alunos, uma vez que são frequentemente acusados de *incapacidade* ou de *baixarem o nível do curso*. A situação parece bem explícita no depoimento a seguir de um estudante do terceiro período do curso de Medicina.

Todo mundo que estava ali dentro sabia, porque tem um interesse das pessoas de dentro do curso mesmo saber quem passou pelo sistema de cotas e quem não passou. Alguns cursos não têm isso. Todo mundo sabia na sala de aula quem era e quem não era. Então, é isso. Querem saber quanto que eu passei sendo cotista, entendeu? Por isso que as pessoas sabem. Outras pessoas não têm interesse. São pessoas superlegais, que não sabem de onde você veio, porque você está ali. Eu passei e é isso que importa. Outras pessoas não. Além de terem passado, elas querem saber quais foram os outros que passaram.

Ao analisar as relações entre estudantes integrantes do sistema de categorias denominadas por seus entrevistados de “bolsistas” e “elite”, no universo de uma instituição de ensino superior não pública da Zona Sul do Rio de Janeiro, Dauster (2004) o faz a partir das reflexões de Elias e Scotson (2000) a respeito dos “estabelecidos” e os “outsiders”. Estas categorias, de caráter relacional, são discutidas pelos autores em uma etnografia das relações de poder na comunidade de Winston Parva (nome fictício), próxima de Leicester, Inglaterra, localidade demarcada pela existência de um grupo de moradores antigos da “aldeia”, os “estabelecidos”, que se colocavam como pessoas de “valor

humano mais elevado” que o dos moradores do “loteamento” construído em época mais recente, os *outsiders*, estigmatizados pelos primeiros. As análises de Elias e Scotson apontam ser graças a um maior potencial de coesão que os antigos residentes de Winston Parva, os “estabelecidos”, conseguiram reservar para as pessoas de seu tipo os cargos importantes das organizações locais, como o conselho, a escola ou o clube, e deles excluir firmemente os moradores de outras áreas, aos quais, como grupo, faltava coesão. A exclusão e a estigmatização dos *outsiders* pelo grupo estabelecido constituíram-se em armas poderosas para que este último grupo preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar.

A este respeito, pode-se considerar que, se entre os estudantes de Ciências Sociais não se podem observar práticas evidentemente explícitas de estigmatização dos *outsiders*, não parece possível afirmar o mesmo entre os discentes de Medicina, conforme demonstra, por exemplo, o relato a seguir de um estudante que no momento da entrevista cursava o sexto período.

No início, no primeiro e segundo períodos, ainda tem desdém, diferencial. Eles não se agregam muito. Fica aquela divisão. Uma ala é cotista, outra não cotista. Então, geralmente fica aquela pessoal que veio de determinada escola particular, de uma mesma turma, de curso integral que pagava 1.500 reais, sei lá quanto, que já se conhecia; se unem e fazem ali um círculo de amizade. Os demais, geralmente são mais simples, mais acanhados, menos favorecidos, em questão de imagem, de estética, são os mais simplesinhos. É meio como que tivesse caracterizando assim: aquele ali é pobre, aquele ali é o cotista, mesmo já sabendo pela lista que sai, né? Quando chega o terceiro, quarto período em diante, já começa dar aquela homogeneizada, as matérias começam a ser completamente novas para todas as turmas e os cotistas começam a se manter no mesmo nível que os não cotistas, tipo assim, disputando o primeiro, o segundo lugar em termos de notas. Começa homogeneizar também, pode ter a questão da maturidade. No início, os não cotistas vêm cheios de preconceito. Percebo amizades entre cotista e não cotistas, mas não no início, só bem depois. Pelo menos foi assim na minha turma.

Outra aluna fez as seguintes considerações a respeito das relações entre os estudantes.

A gente não tem tanto essa discriminação não, “só conversa com você que não é cotista”; conversa normal, tem amizade saudável, acontece que às vezes algumas discussões tocam no assunto, algumas discussões, mas no cotidiano conversa normal, é muito tranquilo, pelo menos a minha turma; mas já ouvi casos e relatos de que em determinadas turmas que as pessoas não conversam umas com as outras porque têm a mágoa mesmo, “ah, tentei cinco anos seis anos e você de primeira passou e tal...” Então realmente... mas isso vai de turma pra turma. Às vezes estudaram juntos no pré-vestibular e, então, formam grupinhos mesmo.

De acordo com tais relatos, as relações entre os diferentes agentes vão aos poucos revelando que, se existe um “valor humano mais elevado”, ele se constrói pautado num sistema meritocrático, que privilegia o alcance de resultados acadêmicos satisfatórios, demonstrados nas boas notas e em atributos como a desenvoltura para se expressar oralmente e na articulação de argumentos bem fundamentados nos debates. Assim, os estudantes cotistas e, ao que parece também parte dos não cotistas, tendem a perceber no bom desempenho acadêmico os atributos necessários a uma posição de reconhecimento, tanto por parte do outro como de sua própria parte, como alguém qualificado e de valor. Em estudo desenvolvido por Santos (2014), o autor evidenciou situação semelhante entre estudantes do curso de Direito, na mesma universidade.

Nesse processo é também necessário considerar práticas institucionais que também revelam a dificuldade de convivência com a alteridade, adquirindo significados de exclusão e estigmatização do outro. Duas situações relatadas pelos estudantes são significativas. Entre os discentes de Medicina, alguns entrevistados referiram-se, de forma bastante crítica, à maneira como a instituição dividiu uma turma para aulas em laboratório de uma disciplina ofertada no primeiro semestre. Segundo relatos, a divisão foi feita separando estudantes cotistas de não cotistas.

Entre os estudantes de Ciências Sociais, um professor do Departamento de Economia, em um debate ocorrido em sala de aula, declarou de forma bastante explícita sua posição discriminatória em relação aos estudantes cotistas de modo geral e, em particular, aos cotistas negros. Segundo relatos dos estudantes presentes ao debate, tal professor considerou baixo o nível de aprendizagem dos estudantes cotistas, dizendo que, se tivesse que escolher entre um médico branco (ou advogado) e um médico negro (ou advogado), escolheria o branco.²

Se o processo de permanência na universidade é marcado, muitas vezes, por dificuldades de

² Além dos relatos dos estudantes, o caso ganhou forte repercussão, sendo amplamente divulgado nas redes sociais e na imprensa, conforme pode ser observado em reportagem publicada pela *Folha de São Paulo*, em 07/11/2014, com o título: “Professor do ES pede desculpas por declaração considerada racista”. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/>>. Acesso em: 26/10/2015.

ordem financeira, especialmente entre os cotistas oriundos de famílias de baixa renda, também são amplos os desafios de ordem simbólica. Se há consenso em torno da necessidade de que as condições materiais de permanência sejam asseguradas aos estudantes, a importância do investimento sistemático no combate ao racismo e a toda e qualquer forma de exclusão não pode ser secundarizada. Por essa via, os agentes sociais, imbuídos do propósito de construir instituições universitárias efetivamente democráticas, estão diante do desafio da necessária implantação, de maneira coletiva e participativa, de programas de permanência também voltados para a valorização da diversidade e para a inclusão, em amplo sentido, dos grupos historicamente excluídos das universidades.

Referências Bibliográficas

BERGER, P. L. & LUCKMAN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

COISSI, J. Professor do ES pede desculpas por declaração considerada racista. In: *Folha de São Paulo*, 11/11/2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/>>. Acesso em: 26/10/2015.

DAUSTER, T. Uma revolução silenciosa: notas sobre o ingresso de setores de baixa renda na universidade. In: *CES*, set. 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/>>. Acesso em: 30/03/2014.

ELIAS, N. & SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

NEVES, D. P. Mediação social e mediadores políticos. In: _____. (Org.) *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p.21-44.

SANTOS, S. P. dos. “Os ‘intrusos’ e os ‘outros’ quebrando o aquário e mudando os horizontes”: as relações de raça e classe na implementação das cotas sociais no processo seletivo para cursos de graduação da UFES – 2006-2012. Tese de Doutorado em Educação. Vitória: UFES, 2014.